

Sarney fará relatório otimista

De sua viagem de
BRASIL

O presidente do PDS, senador José Sarney, dirá esta semana ao presidente da República, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Político, que a agremiação oficial tem boas possibilidades de vencer as eleições de 1982. Num relato das impressões recolhidas em suas viagens pelos Estados, para contato com lideranças pedessistas, Sarney enfatizará que o partido continuará majoritário no Congresso e apresentará as sugestões que ouviu sobre a reforma da legislação eleitoral.

Ao contrário de muitos deputados federais do PDS, que consideram a situação delicada em vários Estados, o presidente do partido do governo entende que não há problemas incontornáveis. A adoção de algumas medidas durante a reforma eleitoral e o próprio tempo, no seu entender, agirão em favor da harmonização das divergências hoje existentes.

Afirmou o presidente do PDS que as divergências entre as lideranças estaduais da agremiação se situam no campo político. Ele reconheceu não haver um consenso entre os governadores estaduais e as lideranças paralelas quanto à conveniência da adoção de determinadas medidas em matéria eleitoral, mas entende que a manifestação dos governadores do Nordeste, a favor da sublegenda e da vinculação de votos, deve ser vista como legítima e levada na devida conta no processo decisório sobre o tema.

As linhas principais da reforma eleitoral, segundo o senador José Sarney, serão definidas por meio de consenso entre as várias opiniões ouvidas dentro do partido, "pois já passou o tempo em que o partido oficial não decidia". Ele, contudo, mantém atitude de reserva quanto ao conteúdo das informações que pretende transmitir aos membros do Conselho de Desenvolvimento Político, observando que os dados que colheu são de economia interna do partido e ele não poderia fazer avaliações do quadro eleitoral sem antes levar ao presidente da República os resultados da missão que este lhe confiou.

"Tudo aquilo que até hoje tem sido apresentado como 'relatório Sarney' não passa de especulação de seus autores, refletindo o ponto de vista deles e não o meu", disse enfático o presidente do partido oficial.

Segundo o presidente do PDS, também não têm sentido as pressões de políticos e dirigentes dos partidos oposicionistas, que estão tentando forçar o governo a tomar definições apressadas em torno de tema tão importante como a nova legislação eleitoral. Estas serão estabelecidas depois que a comissão partidária ouvir as opiniões das bancadas do partido na Câmara e no Senado e juntá-las às impressões que ele próprio colheu em suas viagens aos Estados.

Embora o presidente do PDS não confirmasse, observam parlamentares do Nordeste que ele na certa comunicará ao presidente Figueiredo o desejo dos governadores daquela região de que sejam permitidas as sublegendas nas eleições de prefeito, senador e governador, a fim de possibilitar a vivência das várias facções pedessistas existentes em cada Estado. De outro lado, o senador José Sarney não poderá omitir ao governo os temores dos dirigentes partidários da região Sul, para os quais a sublegenda é uma faca de dois gumes que ali beneficiará as legendas oposicionistas, mais ricas em quadros e candidatos.

No tocante à vinculação de votos, por exemplo, o senador José Sarney

tem também duas tendências. Na região Norte e Nordeste, ela é defendida por aqueles que acreditam ser possível anistiar toda a campanha eleitoral de 1982 a partir da discussão de questões municipais. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e mesmo em Minas Gerais, no entanto, esse dispositivo talvez não tivesse tão boa serventia.

E o mesmo se verifica em relação a outros temas, como a coligação de legendas para as eleições, sobre os quais também há opiniões divergentes. Em Pernambuco, por exemplo, as coligações permitiriam ao PDS fazer aliança com o PDT; no Rio, seria uma boa solução para o partido não ser arrasado eleitoralmente; mas, no Piauí ou em São Paulo, a permissão de coligações reforçaria candidaturas oposicionistas que já se apresentam mais vigorosas que as do partido oficial.

Se as viagens do senador José Sarney não lhe permitiram formar um quadro conclusivo sobre as principais linhas da reforma eleitoral em estudo, acreditam parlamentares descontentes com os governadores estaduais que elas foram úteis para conscientizar a cúpula partidária das dificuldades que terão de ser superadas em quase metade dos Estados brasileiros para que o PDS não seja derrotado.

Com a volta de Leonel Brizola do PDT, e a candidatura de Roberto Saturnino já lançada pelo PMDB, o PDS não tem a menor chance de se sair bem no Rio de Janeiro. E o que é pior: aí o partido está dividido entre as lideranças de Amaral Peixoto e do médico Guilherme Romano. No Rio Grande do Norte, a presença de Aloysio Chaves dificulta a situação do PDS, que está dividido entre dois grupos, um deles cada vez mais próximo do PP. O ex-governador Gilberto Mestrinho é a grande força do PTB no Amazonas, onde por falta de lideranças populares o PDS receia perder o governo estadual.

Em São Paulo, os candidatos pedessistas para 1982 terão faixa de atuação restrita. De um lado, pelo desgaste da administração Paulo Maluf, de outro pelas duas fortes candidaturas oposicionistas, de Franco Montoro e de Jânio Quadros, ao governo estadual, que deverão conduzir as campanhas oposicionistas. No Rio Grande do Sul, de outro lado, o PDS receia queimar o prestígio do atual ministro da Previdência Social, Jair Soares, lançando-o ao governo estadual num quadro adverso pelos insucessos da política econômica, mas não tem outro nome em condições de fazer frente a Pedro Simon.

Em Santa Catarina, ainda que muitos deputados pedessistas considerem o quadro relativamente equilibrado, dificilmente haverá candidato para fazer frente ao senador Jaison Barreto, do PMDB, que já trabalha para se eleger governador em 82. No Espírito Santo, as brigas entre o governador Eurico Resende e o ex-governador Elcio Álvares também ameaçam o desempenho eleitoral do partido oficial.

Embora o senador José Sarney insista em manter sigilo sobre suas impressões recolhidas nos Estados, também é notório entre os deputados que o quadro eleitoral de 82 está equilibrado em Pernambuco, em Minas Gerais, no Paraná, em Mato Grosso e Sergipe. Nesses Estados, as chances do PDS podem variar de acordo com as regras que venham a ser adotadas para as próximas eleições. Tanto isso é verdade que a reforma eleitoral em curso talvez tenha sido o grande objetivo das viagens de José Sarney pelo Brasil, segundo acreditam muitos deputados, ainda que o presidente do PDS não o afirme categoricamente.